

A crítica
16/1/98 cont.

Enquanto durou essa depressão e debacle no Celeiro do Mundo o povo debandou do interior. Os Coronéis deixaram os seus seringais; os ingleses, alemães e franceses se retiraram de cena e deixaram sucatear os seus investimentos, pois não valia mais a pena por dinheiro novo em defunto ruim. Foram, se mandaram e nunca mais retornaram.

“Não temos nem os Anões do Orçamento com as suas mandrices para nos doar uma lasquinha de seus golpes...”

Parece que tinham se esquecido de nós, até que a Aids e o Câncer chegaram para amedrontar todo mundo, e o ar se tornou tão poluído com as suas engenhocas de botar CO₂, CH₄, N₂O, CFC na atmosfera do mundo de meu Deus, para que eles se lembrassem de novo que a Amazônia poderia salvar o mundo com a sua floresta e a sua biodiversidade. Biodiversidade e biologia molecular que nos prometem uma parceria de guilhotina e peçoço - nós com o peçoço -, pois iremos nos tornar, nesse mundo novo clonal/genético, simples fornecedores de folha, casca, nós e raízes. Isto é, nós entramos com as moléculas e eles ficam com a biologia e genética. Nunquinhã vão transferir o domínio de suas patentes e de suas indústrias do primeiríssimo mundo para os bugres, índios mansos e comodatários da biota, gratuita para todos. Não precisa ter lenço e nem documento. É só chegar, ver e pagar o preço da pechincha aos guardiães e centuriões da selva.

Tal como fizeram as indústrias de pneus e automóveis do princípio do século com a aviação norte-americana na II Grande Guerra Mundial e com a indústria do ABC que se fartou de comprar borracha fixada pelos Acordos de Washington, ao preço ridículo de US\$ 0,39 por libra peso, posto a bordo em Belém do Pará, que serviu para ganhar a II Grande Guerra Mundial da fúria japonesa e encher os bolsos dos paulistas, à custa do heróico Soldado da Borracha. Creio que, por esse motivo, ele foi constituído em 1988 com a prebenda de uma aposentadoria de 2 salários mínimos/mês, que chegou, de forma póstuma, para a maioria desses anônimos seringueiros desconhecidos. Enquanto os americanos e os paulistas usufruíam a nossa biota, os amazônidas amargavam a promessa va e vazia, de mundos e fundos, que jamais chegaram.

Investimento que é bom, que cria emprego, educação, saúde, transporte, serviço público, ciência e tecnologia, nos vem em doses homeopáticas. Não temos nem os Anões do Orçamento com as suas mandrices para nos doar uma lasquinha de seus golpes de capoeira nas verbas da Lei dos Meios.

Veio a SPVEA e depois a SUDAM e as promessas de infraestrutura social, econômica, sanitária, educacional, científica e tecnológica ficaram no discurso e no gesto de retórica. O dinheiro que veio, ou foi desperdiçado nos ralos da República, ou mal aplicado nos conchavos dos gabinetes e assessorias dos Ministérios. Quando vinha era em conta-gotas, precedido de uma vasta prosopopéia de boas intenções salvíficas e redentoras. Política de panos quentes, de ventosas, de óleo camforado e aspirina para amenizar o grito do olvido e do desterro nas terras e rios do sem fim.

Quando os milicos chegaram - e um dia os amazônidas irão fazer justiça a eles - e fizeram a revolução de 31 de março de 1964, o Estado Maior das Forças Armadas formulou uma estratégia de povoamento, colonização, investimento e defesa da Amazônia. A Amazônia recuperou o ritmo dos investimentos feitos durante o ciclo da borracha. Foram asfaltados os eixos rodoviários mais importantes pelos flancos leste, oeste e pelo centro dando, assim, continuidade e complementaridade a obra apenas iniciada, mas nunca terminada, no tempo de Juscelino Kubitschek.

No rumo da BR-010/BR-316/BR-364/BR-230 vieram, novamente, os paus-de-arara do nordeste, comedores de rapadura e carne-de-sol mas, desta vez, acompanhados dos tchês gaúchos - barbaridade! - dos uais mineiros com o seu arroz tropeiro, dos goianos comedores de pamonha, dos paulistas quatrocentões com sotaque italiano, dos paranaenses de fala arresada, dos barrigas verdes e ilhéus de Santa Catarina.

Além, é claro, dos bóia-frias e sem-terras, expulsos das fazendas de café pela invasão da agricultura mecanizada da avassaladora soja, que tomou conta do país. Os empregos se tornaram mais escassos no sul e o jeito foi mandar os sem-terras, bóia-frias, minifundiários e muita gente, com garra e coragem, para povoar as margens das estradas e vicinias recém-abertas.

Rompem-se a impenetrabilidade da região e a população desceu do planalto central, tal como previa Roy Nash, há sessenta anos atrás, para ocupar a periferia da floresta, na zona de transição da mata densa para o cerrado. Em vinte anos, no período de 1970 a 1990, dois milhões de migrantes vieram para ficar e se fazer presentes com as suas fazendas, lotes de assentamento, precários ou não. Embora fossem alterando a cobertura florestal primitiva para dar lugar às suas plantações, eles estão, hoje, produzindo quatro milhões de toneladas de grãos e criando trinta e quatro milhões de cabeças de

gado, bovino e bubalino.

É todo o mundo da fala que os capins definham, que a terra não é propícia, que há regressão de pasto após 2 anos, e o rebano, mesmo assim, aumenta na razão de um milhão de cabeças de gado por ano na Amazônia Legal. As más línguas dizem que está havendo melhoria genética dos rebanhos, combate às epizootias, melhora nas pastagens e forrageiras, aumento na lotação e densidade boi/hectare. Os ecologistas não acreditam nessa história para "boi dormir" - assim eles dizem - pois a expansão se faz à custa de novos desmatamentos e queimadas.

Os paulistas que se cuidem também, porque têm culpa no cartório, pois são os maiores carbonários e incendiários do país, quando tocam fogo, todos os anos, nos seus duzentos milhões de toneladas de cana-de-açúcar, na época das colheitas. Esse fogaréu e fumaceiro todo é debitado, pelas imagens do satélite, nas costas da Amazônia, que paga o pato desse inferno austral alheio. Tudo isso contribui e vai resultar no aquecimento global do planeta que, segundo os escatologistas vão causar o degelo das camadas polares, que irão submergir, dentro das próximas décadas, os litorais e as terras baixas dos continentes.

Se essa profecia se realizar vai ser um Deus nos acuda e nós, amazônidas, daremos graças ao Senhor por nos haver livrado das Tordesilhas e nos jogado para o mundo da floresta da terra-firme, onde o "diabo perdeu o cacimbo", porém longe dos mares e das marés.

Nem tanto ao mar nem tanto à terra. O homem deve ser amigo da natureza - environment friendly - mas não é seu irmão. Só o homem é irmão do homem e, por isto, a teologia judia-cristã - nos diz que devemos amar uns aos outros. Amar mais a natureza em prejuízo do bem-estar do homem, é um sacrilégio e uma nova forma de panteísmo pagão ambientalista.

Mas voltemos ao fio da meada. No período dos governos autoritários - assim chamado pelos moderados e pelos vivandeiros dos quartéis - não foi feito só o povoamento e abertura dos eixos rodoviários, que permitiram viabilizar o sul do Pará, Rondônia, Acre, norte de Mato Grosso e agora o sul do Amazonas. Grandes obras de infra-estrutura também foram feitas através de hidrelétricas como Tucuruí, Balbina, Samuel, que trouxeram energia e água para substituir as sucatas do passado empobrecido do nosso desterro. Infelizmente não lhes foi possível concluir as obras das barragens hidrelétricas das Usinas de Kararaó, Volta Grande do Xingú, Cachoira Porteira e outras, que iriam permitir fornecer energia limpa e abundante para toda a região.

Surgiram novos aeroportos, batalhões de fronteira, Projeto Rondon, Radam, Landsat, telecomunicações, Projeto Carajás, Porto Trombetas, Vila do Conde, Monte Dourado, Ponta da Madeira e os complexos mineraiis e metalúrgicos de ferro, manganês, caulim, bauxita, cassiterita, petróleo e gás na selva do Juruá e do Urucú.

E a Zona Franca de Manaus, por fim, surgiu através do bico da pena do Marechal Castelo Branco, que assinou o Dec-lei 288, em 28/2/1967, apoiado pelo Ministro Roberto Campos, atendendo o pedido do ilustre engenheiro amazonense Arthur Amorim, filho de um velho "aviador" e comendador português aposentado.

Em trinta anos conseguimos criar 22 pólos industriais no Distrito Industrial de Manaus, reunindo mais de trezentas médias e grandes empresas nacionais e multinacionais, um terço delas já com certificado de qualidade da série ISO-9000. Estas empresas investiram cerca de vinte bilhões de dólares em máquinas, equipamentos e tecnologias de última geração, que produziram no ano passado US\$ 12,0 bilhões em faturamento, criaram mais de 200.000 empregos diretos e indiretos e recolheram US\$ 2,7 bilhões de impostos federais, estaduais e previdenciários arrecadados somente no Estado do Amazonas.

Este sucesso foi a origem dos nossos males, das dores de cabeça e enxaquecas que nos afligem, mês-sim-mês-não, ou quase todo o santo-dia, com toda a sorte de armadilhas, percalços, arapucas e medidas provisórias.

O "modelo não serve" porque retirou do Brasil, do ABC e do centro-sul as indústrias e os empregos para colocá-los no Brasil do Uti-Possidetis do XYZ da Amazônia Central. ABC que não significa a terra dos três santos - André, Bernardo e Caetano - mas sim as três primeiras letras do alfabeto do primeiro mundo: A de arrojado, altivo e arrogante; B de Banco do Brasil, Banespa, BC, Bradesco, que mandam e desmandam neste país; e C de centro, concentração, comunicação, comando, que não admitem concorrência nem contestação. Já o Brasil Amazonense dos XYZ, das três últimas letras dos romanos - tem outro significado: X das incógnitas, problemas e equações do quarto e quinto graus; Y do Ypsilon grego, na sua conotação popular do Fissilone de coisa complicada e cheia de encrenca; e Z de zorra, zorro, zumbi e zona.

Por isso a Zona Franca de Manaus, tal como Cartago deve ser

destruída - Delenda ZFM - pois ela é difícil, exótica, lontana, que não pode nem deve concorrer nem fazer frente com o ABC por onde o mundo e o Brasil começa e termina.

Com todos esses e outros investimentos houve um alento e um sopro de vida na combalida região amazônica. Afinal, alguém se lembrava de nós e o discurso se fez acompanhar da execução dos investimentos nessa infra-estrutura e cadeia produtiva, que muitos ainda consideram - as vítuas do Muro de Berlim - a maior hecatombe ambiental que podia acontecer na Amazônia.

Todos esses grandes projetos foram considerados megalomânicos, poluidores, concentradores de renda, espoliadores dos pobres, desastrosos do ponto vista ambiental, estatizadores a serviço do imperialismo capitalista, e como tal deveriam ser combatidos tenazmente no Parlamento, Academias, Institutos de Pesquisas Pura e Aplicada, Universidades e, naturalmente, por todas as Ongs da vida e dos países do G-7, que vieram nesse novo impulso o surgimento de uma nova frente de concorrência na mineração, produção de petróleo, exportação de madeira, pesca, agricultura, pecuária e demais atividades produtivas.

Tudo isto são coisas do passado e com a redemocratização do país e a Constituição Cidadã de 1988, cessou o projeto geopolítico e estratégico e, assim, a Amazônia deixou de ser prioridade nacional. Agora é deixar para ver como fica. Se o objetivo político é não deixar a Amazônia crescer mais, pelo menos, por piedade, não nos imponham o retrocesso e a marcha ré. Pois neste mundo virtual, digital e global, quem não corre marca passo. E assim vamos ficando para trás, pois a nova ordem deixou-se envolver pelos tramases e urdiduras das premonições proféticas do fim do mundo.

Tudo isso porque era preciso preservar a Amazônia para salvar o mundo. Entramos nessa e vai ser difícil sair dela. Os novos utopistas são numerosos e importantes e influentes.

Dominam a mídia e os meios de comunicação, as finanças, a Banca Internacional e as forças políticas que comandam os G-7 e os PPG-7. Por isso eles se tornaram invencíveis, causando espanto, paralisia e paraplegia.

Mudei de opinião. Não estamos mais vivendo os Últimos Dias de Pompéia. Estamos agora apavorados como a cidade de Palermo ficou quando os sarracenos tomaram e ocuparam a cidade nos anos de 835 a 1071, e os italianos daquele tempo ficaram todos apalermados, tontos, patetas e pacóvios.

Insisto. Só nos resta abjurar o meridiano de 74° do Rio Javari, do Tratado de Madrid de 1750, que foi responsável pela criação da Capitania de São José do Rio Negro, através da Carta Régia de 3 de março de 1755, no tempo do Rei D. José I, cuja instalação se deu em 7 de maio de 1758, com a presença do Governador Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão do todo poderoso Marquês de Pombal. A capitania foi instalada na vila de Marjá, no mesmo dia rebatizada para

Barcelos, em homenagem à cidade de dinastia dos Braganças. Aliás, essa capitania, por ordem de El-Rey, foi criada para ter sede na vila e aldeia, entre a Boca Oriental do Rio Javari e a aldeia de São Pedro, para servir de "terceiro governo nos confins ocidentais do Estado do Grão-Pará".

A carta que instituiu a referida capitania criou, desde logo, a primeira renúncia fiscal no espaço ocupado pelo atual Estado do Amazonas, que é sucessor da antiga capitania de São José do Rio Negro. Naquela altura, El-Rey ordenou para favorecer os moradores da referida vila e seu distrito as seguintes regalias: Hei por bem de os isentar a todos de pagarem fintas, talhas, pedidos e quaisquer outros tributos ... excetuando-se somente os Dízimos devidos a Deus ... E pelo que desejo beneficiar esse novo estabelecimento sou servido que as pessoas que morarem na sobredita vila não poderão ser executadas pela dívidas que tiverem contraído fora dela e de seu distrito ...

Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão e Ministro Plenipotenciário para demarcar a fronteira do Tratado de Madrid de 1750, que revogou a convenção de Tordesilhas de 1494, resolveu por sua própria conta e risco, desobedecer El-Rey e, em vez de fundar a nova capitania em São José do Javari, escolheu Marjá, logo lutanizada para Barcelos, sem que houvesse para tanto nenhuma carta régia ou autorização d'El-Rey.

Ainda bem que assim o fez, pois do contrário, partindo da sentinela da foz do Javari, o futuro Estado do Amazonas poderia ter transposto a cordilheira dos Andes e, hoje, teria sede em Lima, sob governo do Presidente Fujimori. E estaríamos hoje todos às voltas com os problemas dos guerrilheiros do Tupac-Amaru e envolvidos com a máfia dos narcotraficantes.

O deslinde dessa história toda é muito pitoresca e emblemática. Xavier de Mendonça Furtado, com o seu nepotismo, nomeou como 1º Governador da Capitania de São José do Rio Negro, o seu sobrinho e protegido Joaquim de Melo Póvoas, para governar a capitania no período de 1758 a 1761.

Durante esse período o pobre governador fez muita correspondência, que transcrevi ipsis-litteris na Introdução das Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro, publicada pela Universidade do Amazonas em 1983, quando eu era, naquela altura, Coordenador da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM.

Essa correspondência e a minha introdução, praticamente, ninguém leu, porque Manaus é o túmulo do pensamento acadêmico e científico amazônico. Essas cartas e conceitos possuem, todavia, uma extraordinária força, senso, símbolo e exemplo de como era difícil e tormentoso - como ainda hoje é - viver nos confins ocidentais da Amazônia Mediterrânea.

A sua correspondência com o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, além de pitoresca, tem muito senso de humor, paixão, desespero e sensação de

impotência de quem estava pregando no deserto. Retiro de suas correspondências frases pontuais para encerrar este romanceiro:

- Deus permita continuarmos para que eu possa resistir a grande aspreza, de todos estes rios e matos ...

- O feroz gentio corso da Nação Mura recolheu-se para o centro do Mato ...

- Fui a antiga aldeia dos Abacaxis, a qual está mudada para Itacoatiara ... e a erigi em nova vila de Serpa ...

- A receita da civilização é: casamento, ABC, algodão, maniva e cacau ...

- Achei aquele lugar na maior miséria ... não havia em todo aquele distrito um pé de maniva ... e cuidei para que pagassem o Dízimo de suas lavouras e o Dízimo das Tartarugas ...

- Só usam da macaxeira e milho para as beberrias ... e não foi possível fazer casamento algum, não porque os soldados deixassem de querer, mas porque as índias eram muito bisonhas e se escondiam no mato.

- Não pude dar princípio à reedificação do Palácio e do quartelamento pela falta de gente ... de mantimentos. Me foi preciso despedir as índias da roça para poder sustentar os soldados. Todos os quartéis estavam destruídos.

- Mandei fazer um curral de tartarugas que é uma das melhores obras que já fiz

- Formava intenção de fazer uma formosa Praça e nela por o Pelourinho e Cadeia, porém o tempo não me deu lugar e justo é que fique alguma coisa para o meu sucessor que que fazer.

- Necessito ferramentas, fazendas e dotes dos soldados para que casem naquele rio.

- A missão de Iturriaga (Plenipotenciário da Espanha para a demarcação dos limites): é preciso ganhar tempo

- O escândalo do Tesoureiro que desapareceu com setenta alqueires de farinha.

- Os vigários querem fazer rendimento no pé do altar: não deixam as índias fazerem beijú e nem pintarem cuias aos domingos. O clérigo bebia demasiado aguar-dente, vestindo-se em trajes de mulher e andava de noite bailando e tocando pela rua.

- O vigário de Silves deu sumiço nas 80 arrobas de cravo.

- Me chame de Senhor: sabe com quem está falando?

- Não vem dinheiro nem para se pagar os oficiais da expedição e Euquerio andava amancebado com quatro mulheres...

- Não tem papel: escrevo nas costas das cartas, não há vinho nem hóstias. Só tem sal, banha de tartaruga, pimenta e tucupí ...

- Juiz, ouvidor, cônegos e Governador não se entendem: vai se fechar a Sé e não tem quem reze.

- Deixo Barcelos sem fitas, fazendas, bretanhas, ruões e ferramentas: me dê uma patente de Coronel.

- Que Governador sou eu que não posso nomear nem um cabo de canoa?

- Me faça a mercê de uma patente de coronel de cavalaria a onde me criei.

- Meu tio: me livre deste sertão e me faça a mercê de nomear-me Governador do Maranhão.

Com este último pedido termina a correspondência de Joaquim de Melo Póvoas, Governador da Capitania de São José do Rio Negro, em carta de 8 de dezembro de 1760.

Melo Póvoa saía derrotado de sua missão na nova capitania que deveria ter sido instalada no meridiano 74° de longitude na Vila de São José do Javari, criada pelo Tratado de Madrid de 1750, que anulou a linha de Tordesilhas e nos levou a viver nos confins do mundo. Ele teve sorte, pois ao fim e ao cabo, foi nomeado pelo seu tio Governador do Maranhão, destruindo, assim, o espaço do meridiano original de 1494 e foi viver mais feliz, gozando as delícias das praias de Olho d'Água e do Calhau.

Ontem como hoje, viver no mediterrâneo amazônico sem infra-estrutura social, econômica, transporte, energia, portos, estradas, saúde, educação, ciência e tecnologia - é dar murro em ponta de faca. É tentar o impossível, equivalente àquela velha história do

homem, sentado no chão, tentando se levantar puxando os seus próprios cabelos.

Sem dúvida, o Tratado de Madrid de 1750, que deu a glória de um continente para o Brasil tornou-se um pesadelo para os xingüanos, tapajônios, madeirenses, guaporenses, puruseiros, acreanos, juruaenses, javarinos, solimões, içá-putumaios, japurá-caquetanos, rionegrinos, riobranquenses, nhamundaenses, trombetanos, parujarienses, amazônenses do Alto e do Médio e os paranaenses do Baixo.

Devemos voltar às origens e solicitar ao Rei da Espanha que nos dê a mercê e a graça de revogar o Tratado de Madrid de 1750 e voltar a viver no Brasil pequeno das Tordesilhas. Porque do jeito que estamos não dá mais para agüentar o mediterrâneo e a fronteira com ou sem renúncia fiscal, com ou sem Zona Franca de Manaus. O Brasil seria menor, mas haveria paz e cessaria a guerra econômica, fiscal e política, que nos faz viver atormentados neste desprotegido e abandonado Estirão do Equador.

Porque em verdade vos digo: nós somos os desterrados e deserdados de Tordesilhas.

*** Samuel Benchimol é amazonense, com Mestrado em Sociologia e Economia por Miami University, Oxford, Ohio, USA, e Doutorado em Direito, pela Faculdade de Direito do Amazonas. É professor de "Introdução à Amazônia" da Universidade do Amazonas e empresário. Este trabalho foi escrito para os seus alunos do corrente ano letivo, para ser lido, meditado e discutido como Lição e Dever de Casa. Trata-se de um trabalho acadêmico - especulativo e retrospectivo, escrito sem nenhum propósito político-partidário, no exercício do seu direito de liberdade de cátedra.**

“Se essa profecia se realizar vai ser um deus-nos-acuda e nós, amazônidas, daremos graças ao Senhor...”

“Devemos voltar às origens e solicitar ao Rei da Espanha que nos dê a mercê e a graça de revogar o Tratado de Madrid”